DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA
Correios

Ano XVII - Edição 1145 | Porto Velho - RO, 19 de novembro de 2026 | R$ 2,00

Justiça determina bloqueio de concursos da educação em Ariquemes

A Justiça da Comarca de Ariquemes determinou, em decisão proferida nesta segunda-feira (17/11), uma série de medidas urgentes para proteger candidatos de dois concursos públicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A decisão atende a uma Ação Civil Pública movida pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Maria dos Anjos) e pelo Instituto Banzeiro da Amazônia, que denunciaram irregularidades nos Editais nº 001/2026 e 002/2026.

Leia mais na pág. 03



Decisão judicial aponta falhas graves em certames da educação suspende nomeações.

Câmara realiza sessão extraordinária para tratar da Operação Reduto

PÁGINA 02

Após condenação no transporte escolar, TCE aponta novas irregularidades em licitação de R$ 11,3 milhões em Pimenta Bueno

PÁGINA 04

Governador em exercício revoga decreto de 1991 que restringia garimpo no Rio Madeira



Decreto mantém exigência de licenciamento ambiental e autorizações legais para atividades minerárias no Rio Madeira.

PÁGINA 03

Rondônia pode perder R$ 39,7 milhões com ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal



Redução das compensações da Lei Kandir pode provocar perdas de R$ 3 bilhões aos estados e comprometer investimentos.

PÁGINA 04

Acusado de matar ex-prefeito de Vale do Anari vai a júri popular em Rondônia



Ailton Ferreira responde pela morte de Edimilson Maturana, assassinado a tiros em Ariquemes, em novembro de 2024.

PÁGINA 04

Sílvia Cristina anuncia recursos para hospitais, atenção básica e transporte em quatro municípios de Rondônia

PÁGINA 02

Sílvia Cristina anuncia recursos para hospitais, atenção básica e transporte em quatro municípios de Rondônia

A deputada federal Sílvia Cristina (PP-RO) anunciou o empenho de recursos para investimentos na saúde de quatro municípios de Rondônia. As destinações vão atender à aquisição de equipamentos hospitalares, ao fortalecimento da atenção básica e à compra de um veículo para transporte.

Rolim de Moura será contemplado com R$ 3 milhões para a aquisição de equipamentos destinados ao Hospital Materno-Infantil. Segundo a parlamentar, a unidade está em fase de conclusão, e o investimento busca assegurar a estrutura necessária para o atendimento à população. "Três milhões para Rolim de Moura, empenhados para garantir equipamentos para o Hospital Materno-Infantil que já está sendo concluído lá na cidade", afirmou Sílvia Cristina.

Para São Francisco do Guaporé, foi anunciado o empenho de R$ 1,5 milhão para móveis e equipamentos do hospital de reabilitação em construção. A deputada destacou que a destinação acompanha o trabalho realizado para viabilizar a unidade e preparar sua estrutura para o início dos atendimentos. "Quando inaugurar, os móveis e equipamentos estarão lá", ressaltou.

Chupinguaia também está entre os municípios contemplados, com recursos destinados à atenção básica. A medida busca fortalecer os serviços de saúde oferecidos diretamente à população. No anúncio, a parlamentar não detalhou o valor destinado ao município.

Já Governador Jorge Teixeira terá R$ 350 mil para a aquisição de uma van, ampliando a estrutura de transporte disponível para atender às necessidades da população.

Ao apresentar os quatro empenhos, Sílvia Cristina reafirmou a prioridade do mandato em destinar investimentos à saúde e acompanhar as demandas dos municípios rondonienses.

"Seguimos trabalhando para levar investimentos aos municípios, porque nosso compromisso é transformar recursos em melhorias e qualidade de vida para as pessoas", declarou a deputada.

Câmara realiza sessão extraordinária para tratar da Operação Reduto



A Câmara de Ariquemes realiza nesta quinta-feira (19), às 9h, sessão extraordinária para ouvir representantes da administração municipal sobre a Operação Reduto.

Para prestar esclarecimentos, foram convocados a secretária municipal de Governo, o procurador-geral do Município e a controladora-geral do Município.

A convocação tem como objetivo ouvir os representantes do Executivo e obter esclarecimentos sobre a Operação Reduto, durante sessão no Plenário da Câmara.

Data: 19/11 (quinta-feira)
Horário: 9 horas
Local: Centro de Empreendedorismo e Inovação (CEI)

Rondônia pode perder R$ 39,7 milhões com ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal

Rondônia poderá perder R$ 39,7 milhões em recursos federais caso o ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal seja aprovado pelo Congresso Nacional. A medida prevê a redução das compensações financeiras previstas na Lei Kandir e poderá representar uma perda de aproximadamente R$ 3 bilhões para os estados brasileiros, conforme levantamento divulgado nesta quarta-feira (18) pelo portal UOL.

A proposta do Governo Federal prevê reduzir de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão o montante destinado às compensações relacionadas à desoneração das exportações, especialmente de produtos agrícolas, como a soja. Rondônia, que possui participação expressiva na produção de grãos, está entre os estados que poderão ser afetados pela mudança.

O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Flávio Cesar Mendes, manifestou preocupação com os impactos da medida. Segundo ele, a redução dos repasses poderá comprometer o equilíbrio das contas estaduais, afetando investimentos e despesas necessárias à manutenção dos serviços públicos.

Em Rondônia, o secretário de Estado de Finanças, Luis Fernando, reconheceu que os R$ 39,7 milhões representam uma parcela relativamente pequena diante do orçamento estadual, estimado em aproximadamente R$ 20 bilhões. Entretanto, destacou que a possível perda preocupa a administração pública. "São recursos que podemos perder que fará falta para investimentos futuros", afirmou.

A redução das transferências poderá exigir ajustes no planejamento financeiro dos estados, especialmente na definição de prioridades para obras, programas e serviços públicos. Embora o impacto proporcional varie conforme a capacidade orçamentária de cada unidade federativa, a diminuição das receitas representa uma preocupação para os gestores estaduais.

A proposta ainda depende de análise e aprovação do Congresso Nacional. Até a conclusão da tramitação, os estados deverão acompanhar as discussões sobre o ajuste fiscal e seus possíveis efeitos nas receitas previstas para os próximos exercícios financeiros.



Redução das compensações da Lei Kandir pode provocar perdas de R$ 3 bilhões aos estados e comprometer investimentos públicos.

DIÁRIO RO diarioro.com.br
Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008
Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Justiça determina bloqueio de concursos da educaçao em Ariquemes

A Justiça da Comarca de Ariquemes determinou, em decisão proferida nesta segunda-feira (17/11), uma série de medidas urgentes para proteger candidatos de dois concursos públicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A decisão atende a uma Ação Civil Pública movida pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Maria dos Anjos) e pelo Instituto Banzeiro da Amazônia, que denunciaram irregularidades nos Editais nº 001/2026 e 002/2026.

O Que Está Sendo Questionado?

As entidades autoras apontam uma série de problemas nos certames para cargos de Professor Nível III, incluindo Libras: Desrespeito às cotas raciais (20%) e para pessoas com deficiência (10%), devido ao fracionamento de vagas por disciplina e cláusulas restritivas; Comissão de heteroidentificação inexistente ou irregular; Exigência discriminatória de prova de "voz" e exame audiométrico no concurso de Libras, prejudicando candidatos surdos; Exames admissionais genéricos e invasivos; Coleta e armazenamento inadequados de dados sensíveis — como laudos médicos com CID, autodeclarações raciais e vídeos de heteroidentificação — por meio de formulários Google e e-mails comuns, sem qualquer salvaguarda da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O Que a Justiça Decidiu?

O Juiz Marcus Vinicius dos Santos Oliveira, da 3ª Vara Cível de Ariquemes, reconheceu a conexão com outra Ação Civil Pública do Ministério Público (ACP 7019964-54.2026) e determinou: 1. Suspensão de Novas Convocações e Nomeações: Atos de provimento dos cargos já estão paralisados por decisão anterior, mas o juiz ressalvou que, se a liminar cair, novas medidas serão imediatamente apreciadas.

2. Proteção Imediata de Dados Sensíveis: o Guarda e preservação integral de todo o acervo probatório (planilhas, vídeos, laudos médicos, logs de acesso); o Restrição de acesso apenas a servidores autorizados; o Proibição de novas coletas por formulários abertos (Google Forms); o Nomeação de um Encarregado de Dados (DPO) no prazo de 15 dias úteis.

3. Sigilo de Documentos Sensíveis: Laudos médicos, CIDs e imagens de heteroidentificação serão tratados com sigilo restrito às partes e procuradores.

4. Audiência de Conciliação: Designada audiência obrigatória por videoconferência, com multa de 2% do valor da causa em caso de ausência injustificada.



Decisão judicial aponta falhas graves em certames da educação suspende nomeações.

O Que Dizem as Entidades?

A decisão representa uma vitória parcial para a transparência e a igualdade nos concursos públicos. O processo segue sob análise para as demais irregularidades apontadas.

Próximos Passos

O Município de Ariquemes terá que apresentar contestação e indicar o DPO. A Justiça também determinou a exibição de documentos e a preservação de todas as gravações das provas práticas e de heteroidentificação.

Governador em exercício revoga decreto de 1991 que restringia garimpo no Rio Madeira

O governador em exercício de Rondônia, Alex Redano, revogou nesta terça-feira (17) o Decreto nº 5.197, de 29 de julho de 1991, que suspendia a exploração mineral e a atividade garimpeira em um trecho do Rio Madeira. A medida consta do Decreto nº 32.266, publicado no Diário Oficial desta terça-feira (17). A norma de 1991 estabelecia restrições à atividade no trecho compreendido entre a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e a divisa com o Amazonas.

Apesar da revogação, o novo decreto estabelece expressamente que a medida não representa autorização para a exploração mineral ou garimpeira no Rio Madeira. Pelo texto, qualquer atividade minerária continuará dependendo da regularidade do título minerário, do licenciamento ambiental pela autoridade competente e das demais autorizações exigidas pela legislação, respeitadas as restrições existentes sobre a área.



Decreto mantém exigência de licenciamento ambiental e autorizações legais para atividades minerárias no Rio Madeira.

Entre os fundamentos apresentados para a revogação estão dispositivos da Constituição Federal relacionados à competência sobre recursos minerais, à organização da atividade garimpeira e à proteção ambiental.

O governo também cita um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), de 2024, que apontou invasão da competência federal pelo decreto de 1991. Conforme o parecer mencionado no novo ato, a norma estadual ultrapassou os limites de sua competência ao suspender não apenas a concessão de novas licenças ambientais, mas também todas as atividades de extração mineral e garimpagem no trecho delimitado do Rio Madeira.

Caso foi julgado pelo TJRO em 2022

A restrição ao garimpo no Rio Madeira já havia sido objeto de uma disputa judicial envolvendo o Governo de Rondônia e o Ministério Público de Rondônia (MPRO). Em janeiro de 2021, o governador Marcos Rocha editou o Decreto nº 25.780, que regulamentava o licenciamento ambiental da lavra de ouro em corpos hídricos do estado e também revogava o decreto de 1991.

A norma estabelecia regras para a utilização de substâncias químicas na atividade garimpeira, incluindo procedimentos de registro, armazenamento, reaproveitamento e uso de equipamentos de proteção. Em janeiro de 2022, o MPRO ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra os artigos 7º, 8º, 9º e 18 do decreto estadual.

Na ação, o Ministério Público alegava que o governo havia ultrapassado os limites de sua competência ao permitir a exploração mineral no Rio Madeira e regulamentar o uso de substâncias químicas, com possíveis consequências para o meio ambiente.

O processo foi julgado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) em 18 de julho de 2022, sob relatoria do desembargador Daniel Ribeiro Lagos. Por maioria, os desembargadores julgaram procedente a ação e declararam a inconstitucionalidade formal e material das noarmas questionadas.

Na decisão, o Tribunal considerou que o decreto ultrapassou o poder regulamentar do Executivo ao tratar de matéria reservada à legislação e afastar uma restrição ambiental existente desde 1991.

O julgamento também abordou os riscos ambientais relacionados ao uso de substâncias químicas na exploração de ouro e a competência da União sobre recursos minerais. A decisão teve três votos vencidos, dos desembargadores Jorge Leal, José Antonio Robles e Glodner Luiz Pauletto.

Após condenação no transporte escolar, TCE aponta novas irregularidades em licitação de R$ 11,3 milhões em Pimenta Bueno

O transporte escolar de Pimenta Bueno, em Rondônia, volta a ser objeto de questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO). Após uma condenação relacionada a irregularidades em contrato anterior, uma nova fiscalização identificou indícios de falhas no Pregão Eletrônico nº 90/2025, realizado pela atual administração municipal, com valor homologado de R$ 11.389.825,02. A análise resultou na Decisão Monocrática nº 0176/2026, assinada em 22 de outubro pelo conselheiro Francisco Carvalho da Silva, que determinou a audiência dos agentes públicos envolvidos na elaboração e condução da licitação.

O principal questionamento do órgão fiscalizador envolve mudanças nas exigências estabelecidas para as empresas interessadas na prestação do serviço. Conforme o relatório técnico, o prazo para apresentação da documentação dos veículos, inicialmente fixado em dez dias corridos, foi reduzido para apenas três dias úteis. Também foram modificadas as regras de vistoria da frota, sem definição suficientemente clara do momento em que a inspeção deveria ocorrer.

De acordo com a análise preliminar do Tribunal de Contas, as alterações podem ter comprometido a igualdade de condições entre os concorrentes e restringido a participação de empresas que não dispusessem previamente dos veículos e documentos exigidos.

A situação ganha relevância diante da dimensão da contratação, que contempla 39 trajetos escolares. Segundo a análise técnica, o prazo reduzido poderia representar um obstáculo especialmente para empresas de outros estados, que necessitariam organizar a documentação e a disponibilidade da frota em um período considerado potencialmente insuficiente. O TCE apontou possível afronta aos princípios da igualdade, competitividade, proporcionalidade e julgamento objetivo, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações públicas.

A decisão determina o prazo de 15 dias, contado a partir da respectiva citação, para os envolvidos apresentarem justificativas e documentos sobre sua participação nas alterações do edital e do Termo de Referência.

O novo procedimento ocorre poucos meses depois de o TCE-RO responsabilizar o ex-prefeito Arismar Araújo de Lima por irregularidades em contrato anterior de transporte escolar no município.



A fiscalização teve origem em denúncia encaminhada ao TCE, apontando suspeitas de direcionamento de licitação, possível atuação coordenada entre empresas, conflitos de interesses e vínculos familiares envolvendo participantes das contratações e agentes públicos municipais.

No Acórdão APL-TC 00074/26, referente ao Processo nº 02094/22, o Tribunal reconheceu irregularidades na concessão de um reajuste de 25% ao Contrato nº 12/2019-PGM, firmado com a empresa Carolina da Rocha Sanches Ltda. A decisão estabeleceu débito solidário atualizado de R$ 216.567,01, envolvendo o ex-prefeito, o então procurador-geral do município e a empresa contratada, além de multa individual de R$ 10.530 aplicada a Arismar.

Embora os dois processos tratem de contratos distintos, ambos colocam sob exame a regularidade da aplicação de recursos públicos destinados ao transporte dos estudantes de Pimenta Bueno.

Acusado de matar ex-prefeito de Vale do Anari vai a júri popular em RO

O homem acusado de matar o ex-prefeito de Vale do Anari (RO), Edimilson Maturana, foi julgado na última terça-feira (17), em Ariquemes (RO). Jailton Ferreira da Silva está preso desde abril de 2025. A vítima foi morta a tiros dentro da própria caminhonete, no município.

Jailton responde por homicídio qualificado. A acusação inclui as qualificadoras de motivo torpe, emboscada e o objetivo de assegurar a ocultação de outro crime ou garantir a impunidade.

Segundo o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), o crime teria sido motivado por um conflito financeiro relacionado à negociação de uma propriedade rural em Cujubim (RO). De acordo com a investigação, Edimilson negociava a compra da posse de uma terra com Jailton, mas descobriu que os documentos apresentados eram falsos e que o acusado não era o verdadeiro proprietário da área. Após identificar as irregularidades, ele passou a cobrar a devolução do dinheiro e a regularização da negociação.

A Justiça aponta que o homicídio pode ter sido motivado pela tentativa de impedir que as supostas fraudes relacionadas ao negócio fossem descobertas e denunciadas.

O ex-prefeito de Vale do Anari (RO), Edimilson Maturana, foi assassinado a tiros dentro da própria caminhonete em Ariquemes (RO). A esposa dele também estava no veículo, mas não foi atingida. De acordo com a Polícia Militar, Edimilson parou para almoçar em um restaurante na avenida Capitão Sílvio quando foi surpreendido por um suspeito que chegou ao local em uma motocicleta. Segundo a perícia da Polícia Civil, mais de 10 disparos foram efetuados, e vários atingiram a vítima.

Edimilson foi socorrido por uma pessoa que estava no local e levado ao Hospital Municipal de Ariquemes, mas já chegou sem vida à unidade. Ele tinha 57 anos e foi prefeito de Vale do Anari por dois mandatos, iniciados em 2000 e 2008. Além da trajetória política, atuava como fazendeiro.



Jailton Ferreira da Silva responde pela morte de Edimilson Maturana, assassinado a tiros dentro da própria caminhonete em Ariquemes, em novembro de 2024. O réu está preso desde abril de 2025.



Porto Velho conquista projeção internacional na Festuris 2026



Capital rondoniense apresenta atrativos turísticos, cultura e potencial de negócios para operadores e investidores estrangeiros

Porto Velho conquistou um reconhecimento inédito para o setor turístico durante a 38ª edição da Feira Internacional de Turismo de Gramado (Festuris 2026), realizada no Rio Grande do Sul.

Pela primeira vez, a capital rondoniense ganhou projeção internacional por meio da iniciativa Feel Brasil — desenvolvida pelo Sebrae em parceria com a Embratur —, passando a integrar oficialmente o catálogo de destinos brasileiros selecionados para divulgação estratégica no mercado estrangeiro.

Entre os atrativos contemplados no portfólio estão a Reserva Extrativista Lago do Cuniã e o roteiro que reconhece Porto Velho como a "Capital das Aves". A seleção abre portas para a atração de visitantes interessados na biodiversidade amazônica, na gastronomia regional e no turismo de observação de aves (birdwatching). A participação na feira foi fruto de uma articulação institucional entre a Prefeitura, via Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (Semtel), o Sebrae em Rondônia e as empresas locais Bera Turismo e Amazon Birdwatching.

Além do trade turístico, a comitiva levou moradores da Reserva Extrativista Lago do Cuniã para apresentar o turismo de base comunitária diretamente aos operadores internacionais, valorizando os saberes tradicionais, o cotidiano ribeirinho e a conservação ambiental como fontes sustentáveis de geração de renda.

O prefeito Léo Moraes destacou que a conquista transforma a riqueza natural e cultural da região em oportunidades econômicas concretas.

"Esse resultado mostra que Porto Velho tem potencial para conquistar espaço no cenário turístico nacional e internacional. Temos uma riqueza natural extraordinária, uma cultura diversa e comunidades que fazem parte dessa identidade. Nosso compromisso é transformar esse potencial em oportunidades, fortalecendo o turismo, gerando renda e valorizando o que temos de melhor", afirmou o gestor.

Para o secretário executivo de Turismo da Semtel, Aleks Palitot, que acompanhou a agenda oficial em Gramado, a inclusão no catálogo internacional representa um divisor de águas na promoção do município.

"É um momento histórico para Porto Velho. Pela primeira vez, estamos projetando internacionalmente nossos destinos por meio do Feel Brasil. Estamos mostrando ao mundo que Porto Velho é um destino de natureza, biodiversidade e experiências autênticas".

A conquista também é resultado de uma ampla rede de apoio institucional que envolveu o trabalho do ex-secretário municipal de Turismo, Paulo Moraes, a atuação da Câmara Municipal de Porto Velho — responsável pela aprovação da lei que reconhece a cidade como Capital das Aves.

Além da contribuição técnica do Conselho Municipal de Turismo e da Universidade Federal de Rondônia (Unir), consolidando novas frentes de investimentos e parcerias para a Amazônia rondoniense.

Sefin orienta contribuintes sobre novas regras de emissão de notas fiscais

Entraram em vigor no último dia 16 de novembro as novas diretrizes técnicas para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o país.

Com a implantação oficial das Notas Técnicas 2025.002 e 2026.007, os sistemas autorizadores passaram a realizar a validação automática e em tempo real das informações cadastrais diretamente na base de dados da Receita Federal, aumentando o rigor fiscal e gerando rejeições imediatas em caso de qualquer divergência.

De acordo com a Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia (Sefin), todos os CNPJs vinculados à operação — incluindo emitente, destinatário, transportadores, locais de retirada e entrega, além de participantes de eventos fiscais — precisam estar com a situação cadastral rigorosamente ativa. Cadastros que constem como suspensos, inaptos, baixados ou nulos impedirão a autorização da nota.

O mesmo cruzamento automático aplica-se ao Código de Regime Tributário (CRT): empresas optantes pelo Simples Nacional e Microempreendedores Individuais (MEI) devem garantir que o enquadramento configurado no sistema emissor coincida exatamente com o registro federal.

As atualizações trazem ainda mudanças operacionais importantes para o comércio e a indústria. Nas notas fiscais de devolução, a nota fiscal original deverá ser referenciada de uma única maneira — exclusivamente pelo cabeçalho da NF-e ou diretamente nos itens do documento —, ficando proibida a utilização simultânea das duas formas.

Já para o setor de combustíveis, as Notas Técnicas instituem grupos específicos na estrutura do arquivo digital para o preenchimento detalhado dos tributos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), acompanhando a transição da reforma tributária.

Para o secretário de Estado de Finanças, Luís Fernando Pereira da Silva, a revisão preventiva dos parâmetros fiscais é indispensável para não travar a rotina comercial e logística das empresas rondonienses.



Validações exigem atenção de empresas para evitar rejeições de documentos fiscais eletrônicos.

"A conferência dos cadastros e a atualização dos sistemas são medidas importantes para garantir a continuidade das operações e evitar problemas na emissão dos documentos fiscais", destacou o titular da pasta.

Para evitar bloqueios no faturamento e prejuízos no transporte de mercadorias, a Sefin recomenda que contribuintes, escritórios de contabilidade e fornecedores de softwares verifiquem imediatamente a regularidade cadastral dos clientes e fornecedores, validem o regime tributário cadastrado e atualizem os sistemas emissores para a versão mais recente exigida pelo Fisco.

Em caso de dúvidas técnicas, os empreendedores podem buscar orientação nos canais virtuais da secretaria.



Investigação da PF resulta na condenação de 25 pessoas por organização criminosa e lavagem de dinheiro

A 3ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal em Rondônia condenou 25 pessoas por envolvimento em uma organização criminosa especializada na ocultação e movimentação de bens provenientes do tráfico internacional de drogas. A sentença é resultado da Operação Pavo Real, deflagrada pela Polícia Federal (PF).

Os réus foram condenados pelos crimes de organização criminosa e lavagem de capitais, conforme a participação individual apurada no processo. As penas aplicadas incluem reclusão e pagamento de multas, havendo substituição da prisão por penas restritivas de direitos em casos específicos.

De acordo com a investigação, iniciada em fevereiro de 2019 a partir de informações de inteligência penitenciária, a quadrilha continuou operando mesmo com sua liderança custodiada na Penitenciária Federal de Porto Velho. Por meio de comunicações com familiares e outros integrantes, eram transmitidas orientações e tomadas decisões sobre a administração de empresas, negociação de imóveis e distribuição de valores ilícitos.

Para comprovar o esquema, a PF reuniu provas por meio de interceptações telefônicas e telemáticas, captação ambiental autorizada pela Justiça, análise de dados digitais e quebras de sigilos bancário e fiscal. A primeira fase ocorreu em junho de 2019, com buscas em imóveis de alto padrão em Porto Velho, onde foram apreendidos documentos, eletrônicos, armas e munições.

O cerco financeiro foi ampliado na segunda fase, em agosto de 2020, com apoio do então Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e da Receita Federal.

Na ocasião, foram cumpridos 21 mandados de prisão e 67 de busca e apreensão em Rondônia, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal, resultando no bloqueio de mais de R$ 302 milhões de 96 investigados, na suspensão de 22 empresas e no sequestro de veículos de luxo e cerca de 50 imóveis.

Em novembro de 2022, a terceira fase da operação avançou na descapitalização do grupo, cumprindo 16 mandados de busca e sequestrando mais 16 veículos e 66 imóveis em cinco unidades da federação, incluindo a Bahia.



Resultado representou descapitalização de estruturas financeiras utilizadas para ocultar patrimônio proveniente de atividades ilícitas.

Já em julho de 2023, uma ofensiva conjunta com o Ministério Público e a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) do Paraguai realizou mais de 30 buscas no país vizinho, identificando outros 50 imóveis ligados à lavagem de dinheiro da organização, avaliados em aproximadamente US$ 150 milhões.

Segundo a Justiça Federal, a sentença refere-se a apenas uma das ações penais decorrentes da operação, e outros processos relacionados às investigações seguem em andamento.

Pescadores encontram corpo de mulher que pulou da ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho





As circunstâncias da ocorrência deverão ser apuradas pelas autoridades responsáveis.

O corpo da mulher que havia desaparecido após saltar da ponte sobre o Rio Madeira, na BR-319, em Porto Velho, foi localizado na manhã desta quarta-feira (18).

A vítima foi avistada por pescadores da região que navegavam pelo rio em uma embarcação do tipo voadeira.

Após identificarem o corpo flutuando nas águas, os trabalhadores realizaram o resgate inicial e conduziram a vítima até a margem do rio, acionando imediatamente as forças de segurança e salvamento. No ponto de apoio terrestre, guarnições do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO) compareceram para efetuar os procedimentos de praxe e o isolamento da área.

Em seguida, a ocorrência foi repassada à Polícia Técnico-Científica (Politec) e ao Instituto Médico Legal (IML), que realizou a remoção do corpo para os exames cadavéricos e a identificação oficial junto aos familiares.

O desaparecimento teve início quando a mulher estacionou e deixou um veículo sobre a estrutura da ponte, lançando-se nas águas do Rio Madeira logo em seguida.

Desde o registro do fato, mergulhadores e equipes de busca e salvamento do Corpo de Bombeiros mantinham varreduras contínuas ao longo do leito do rio na tentativa de localizá-la, trabalho dificultado pela forte correnteza e pela turbidez característica das águas.

As circunstâncias que levaram ao ocorrido e a dinâmica dos fatos serão formalmente apuradas pela Polícia Civil de Rondônia.

A investigação deverá esclarecer as circunstâncias que antecederam a queda no rio.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

ERRATA DO EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

A Prefeitura de Chupinguaia, através da comissão de Processo Seletivo, devidamente nomeada através do Decreto Municipal nº 1696/2026, divulga a errata do edital, referente ao Processo Seletivo Simplificado Público nº 02/2026, para contratação de pessoal por prazo determinado. As informações encontram-se publicado no mural da Prefeitura de Chupinguaia, bem como nos seguintes endereços eletrônicos, https://suato.com.br/arom e www.chupinguaia.ro.gov.br.

Chupinguaia – RO, 18 de Novembro de 2026.

Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Presidente da Comissão

PRF em Rondônia inicia Operação Dia da Consciência Negra 2026 nesta quinta-feira (19)

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Rondônia inicia, a partir da zero hora desta quinta-feira (19), a Operação Dia da Consciência Negra 2026 nas rodovias federais que cortam o estado, com atenção especial ao eixo da BR-364, principal corredor logístico e de deslocamento da região.

As ações de reforço no policiamento seguem até as 23h59 de domingo (22), período em que o fluxo de veículos de passeio e transporte intermunicipal deve registrar aumento expressivo em razão do feriado prolongado.

Com base no mapeamento estatístico da corporação, o policiamento ostensivo será direcionado estrategicamente aos trechos de maior incidência de acidentes graves e letalidade.

Durante os quatro dias de operação, as equipes priorizarão o combate rigoroso às condutas de alto risco no trânsito, como ultrapassagens proibidas em pistas simples, excesso de velocidade — fiscalizado com o apoio de radares portáteis —, falta do uso do cinto de segurança e de dispositivos de retenção para crianças, além da alcoolemia ao volante, por meio de testes intensivos com etilômetros.

Um dos eixos centrais da operação será a fiscalização voltada aos motociclistas, público que lidera os índices de vulnerabilidade nas estradas rondonienses.

De acordo com o balanço operacional da PRF, o segmento acumulou 919 sinistros, 45 mortes e 1.049 pessoas feridas nas rodovias federais do estado apenas entre janeiro e outubro de 2026. Os agentes verificarão o uso correto do capacete, as condições de segurança das motocicletas e o respeito às normas de circulação.

Paralelamente às ações coercitivas e ao combate à criminalidade nas fronteiras e rodovias, os policiais promoverão comandos educativos em pontos estratégicos e terminais, com o objetivo de conscientizar condutores e passageiros sobre a importância da direção defensiva e os perigos da imprudência.

Para garantir uma viagem segura, a PRF orienta que, antes de pegar a estrada, o motorista realize a revisão preventiva completa do veículo, checando o estado e a calibragem dos pneus, o sistema de freios, os limpadores de para-brisa — indispensáveis devido ao período chuvoso na região amazônica — e todos os itens de sinalização e iluminação.

Também é obrigatório conferir a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e do licenciamento anual, além de planejar o percurso e os horários de deslocamento para evitar os horários de pico e dirigir descansado.



Fiscalização reforçada segue até domingo (22) nas rodovias federais do estado com foco na redução de acidentes graves.

Ao longo do feriado, a instituição manterá equipes de plantão reforçadas em todas as delegacias e unidades operacionais de Rondônia para garantir agilidade no atendimento às ocorrências e fluidez no tráfego. O balanço da operação será divulgado na segunda-feira (23). Em caso de emergências nas rodovias federais, o telefone de contato gratuito é o 191.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CABIXI - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico n.º 036/2026/PMC, de ampla concorrência, de menor preço por item, Processo n.º 1-1672/2026/SEMUSA, objetivando a aquisição de 16 (dezesseis) motocicletas para os Agentes Comunitários de Saúde – ACS do Município de Cabixi/RO, com sessão pública no dia 04/12/2026, às 09h30min (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R$ 237.200,00. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2353.
Cabixi – RO, 18 de novembro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45-02/25

Proc. Adm. nº:1-15/26 Proc. Lic. nº:.2125/25 P. E. nº:132/25 Órgão Gerenciador: Município de Chupinguaia/RO. Detentor da Ata: Rosinaldo Adriano da Rosa, inscrita no CNPJ nº 24.251.023/0001-37. Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 45-02/25 por 12 (doze) meses e renovação dos quantitativos, para futura e eventual aquisição de marmitex destinadas ao atendimento das necessidades da Sec. M. de Obras e Serv. Públicos – SEMOSP e da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD. Vigência: De 02/12/26 a 02/12/27. Quantitativo renovado: Item 2 — marmitex para o Distrito de Boa Esperança: até 970 unidades, ao valor unitário registrado de R$ 28,93. Fundamentação legal: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 182 do Dec. Municipal nº 2.736/2024 e disposições da Ata de Registro de Preços.
Data do termo: 5 de novembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, DO TIPO BRINQUEDOTECA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA E.M.E.F.E.I. PADRE ÂNGELO SPADARI, COM RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor total estimado: R$ 35.321,09. Início da sessão pública dia 03/12/2026 às 10h00min (horário de Brasília).

Alto Paraíso/RO, 18 de novembro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1870/2026
Objeto: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E UNIFORMES OPERACIONAIS DESTINADOS AOS SEIS INTEGRANTES DA BRIGADA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA" Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 15.905,76 , Data e Horário da fase de lances: 26/11/2026, das 09h30min. às 15h30min. (Horário de Brasília). - Fone (69) 99974-9293 ou através dos e-mails: cpl.pmap123@hotmail.com cpl@altoparaiso.ro.gov.br .
Alto Paraíso/RO, 18 de novembro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação



"Galácticos" da roça: criado no curral em Ouro Preto do Oeste, conheça o Rural Madrid de Rondônia

Um time de futebol amador criado durante a ordenha de leite em um sítio de Ouro Preto do Oeste tem conquistado espaço nas competições esportivas de Rondônia. Fundado em maio de 2024 pelo pecuarista Jadisson Ridayj Dutra Silvestre, o Rural Madrid surgiu da paixão pelo futebol e da admiração pelo Real Madrid, da Espanha. A equipe reúne jogadores da região central do estado e chama atenção pelo nome inspirado no clube europeu.

A ideia surgiu durante uma conversa entre Jadisson e seu irmão, enquanto trabalhavam no curral da propriedade rural. Após o encerramento das atividades da equipe em que jogavam anteriormente, os dois decidiram formar um novo grupo para disputar campeonatos nas comunidades rurais. O nome Rural Madrid foi escolhido como uma referência à rotina no campo e à paixão pelo futebol espanhol.

A equipe ganhou popularidade em municípios como Ouro Preto do Oeste, Jaru, Vale do Paraíso e Nova União. Além da repercussão pelo nome, o clube conquistou seu primeiro título em uma competição realizada na Linha 614, em Jaru. Na ocasião, o time conseguiu se recuperar de duas derrotas na fase de grupos, avançou na disputa e terminou o campeonato como campeão.

Para participar de torneios mais competitivos, o Rural Madrid também busca reforços em municípios como Ji-Paraná, Ariquemes, Jaru, Theobroma e Vale do Anari. Segundo o fundador, a intenção é reunir jogadores capazes de fortalecer o elenco e ampliar a participação da equipe em competições regionais.

Entre as principais referências do clube estão os jogadores Cristiano Ronaldo e Vinícius Júnior, que se destacaram pelo Real Madrid.



Equipe fundada em Ouro Preto do Oeste une paixão pelo Real Madrid, tradição rural e participação em competições regionais.

A trajetória dos atletas serve de inspiração para os integrantes da equipe rondoniense, especialmente pelos exemplos de dedicação, treinamento e conquistas no futebol profissional.

Apesar da popularidade, a manutenção do Rural Madrid enfrenta dificuldades financeiras. Sem patrocínio fixo, os próprios integrantes precisam custear despesas com deslocamentos, inscrições e participação nos campeonatos. O apoio de parceiros ocorre de maneira pontual, principalmente para a aquisição de uniformes e pagamento de algumas despesas esportivas.

A repercussão do clube também ultrapassou os campos de futebol, com divulgação nas redes sociais e transmissões de partidas regionais.

De acordo com Jadisson, jogadores de diferentes municípios demonstram interesse em integrar o elenco, enquanto torcedores procuram adquirir a camisa oficial. A equipe pretende continuar participando das competições e fortalecer sua presença no futebol amador de Rondônia.

Atletas de projeto social de Espigão d'Oeste conquistam faixa-preta em karatê



Dois atletas do Projeto Karatê de Letra, desenvolvido em Espigão d'Oeste, conquistaram a faixa-preta durante exame de graduação realizado no último sábado (14), em Rolim de Moura. Robson Reverdito Filho e Anézio Lucas Santos Almeida foram aprovados para o 1º Dan no estilo Goju-Ryu, alcançando uma importante etapa de suas trajetórias na modalidade.

A avaliação foi promovida pela Federação de Karatê Rondoniense Esportiva (FRKE), no Centro de Treinamento Godoi, espaço ARECEL. Os participantes passaram pelo exame correspondente à transição do 1º Kyu para o 1º Dan, etapa que representa a conquista da faixa-preta e exige conhecimentos técnicos desenvolvidos ao longo dos treinamentos.

A banca examinadora foi composta pelos senseis Cleber Gasques e Odair José, ambos graduados no 3º Dan, além da sensei Ana Paula, faixa-preta 1º Dan, todos representantes do estilo Goju-Ryu. O exame também contou com a presença de convidados do estilo Shotokan, entre eles Marco Vinício, 5º Dan e diretor de graduação, Sandega, 3º Dan, Lucas Chagas, 1º Dan, e André, 1º Dan.

O Projeto Karatê de Letra oferece aulas gratuitas para crianças, jovens e adultos de Espigão d'Oeste, promovendo o acesso à prática esportiva e incentivando valores como disciplina, respeito, responsabilidade e superação. A iniciativa utiliza o karatê como instrumento de inclusão social e formação pessoal, proporcionando oportunidades de desenvolvimento aos participantes.

A conquista dos dois atletas representa mais um resultado das atividades desenvolvidas pelo projeto no município. Além do reconhecimento individual, a graduação demonstra a importância da continuidade dos treinamentos e do acompanhamento técnico para o desenvolvimento dos praticantes da modalidade.

Com a aprovação, Robson e Anézio passam a integrar o grupo de faixas-pretas do projeto, tornando-se referências para os demais alunos. O resultado também reforça a contribuição das iniciativas esportivas comunitárias para a formação de novos atletas e o fortalecimento do karatê em Rondônia.